



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2021 COMITÊ DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - CGO

1) Nº do PAD: 7.607/2017

2) COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	UNIDADE
Helton José Sanchez	SECOFC ¹
Lilian Gasparin	SECGA ²
Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann	SECGP ³
Silmara Aparecida Laskoski	SECGS ⁴
Solange Maria Vieira	SECPEE ⁵
Gilmar José Fernandes de Deus	SECTI ⁶
Jeronimo Nardielo	CIP ⁷
Maria de Fátima Almeida	CLC ⁸
Marlene Regina Kovalski	CMP ⁹
Flávio Henrique Marçal Rodrigues	CSTA ¹⁰
Lucianna Maria de Araújo Sampaio	ASSDG ¹¹
Eliana Regina Giacomossi Mass	CPO ¹²
Julian Velloso Pugh	CPL ¹³
Luiz Fernando do Nascimento	127ª ZE de Cidade Gaúcha

3) REUNIÕES REALIZADAS

1ª Reunião Data: 26/03/2021 Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Iniciada a 1ª reunião com a análise do exercício anterior - 2020, pois até aquele momento não havia ocorrido a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2021, razão pela qual não houve deliberações frente às questões orçamentárias.
2. Relatado, na ocasião, que o TRE/PR apresentou bons números na execução orçamentária e financeira junto aos demais Regionais, no ano de 2020, fato este que

¹ SECOFC – Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

² SECGA – Secretaria de Gestão Administrativa

³ SECGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

⁴ SECGS – Secretaria de Gestão de Serviços

⁵ SECPEE – Secretaria de Planejamento de Estratégia e Eleições

⁶ SECTI – Secretaria de Tecnologia da Informação

⁷ CIP – Coordenadoria de Infraestrutura Predial

⁸ CLC – Coordenadoria de Licitações e Contratos

⁹ CMP – Coordenadoria de Material e Patrimônio

¹⁰ CSTA – Coordenadoria de Segurança, Transporte e Apoio Administrativo

¹¹ ASSDG – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

¹² CPO – Coordenadoria de Planejamento e Orçamento

¹³ CPL – Comissão Permanente de Licitação



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

gerou elogios por parte do TSE.

3. Abordada a Execução Orçamentária 2021, com a expectativa da aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA prevista para meados de abril, houve somente a execução de duodécimos para despesas de custeio.
4. O TSE informou que somente haveria a possibilidade do recebimento de crédito adicional dependendo da evolução do IPCA e, ainda assim, somente após a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA. Independentemente desse fato, solicitou-se a todas as áreas que dessem andamento aos processos objetivando a compra de materiais e equipamentos previstos para 2022 a fim de que se pudesse adquiri-los por “*solicitação de crédito*”.
5. Ressaltado que, por conta do cenário fiscal, o TSE não permitia novas obras atreladas ao Plano Anual de Contratações - 2022.
6. Ainda, em relação a este PAC, os números foram encaminhados para as áreas e validados pelos coordenadores e secretários.
7. Enfatizado sobre a Resolução nº 347/2020 do CNJ, a qual determinou a elaboração da versão preliminar do PAC e a sua publicação até o final de mês de outubro. Desta forma deliberou-se por formalizar um PAC preliminar, em documento administrativo.

2ª Reunião

Data: 18/05/2021

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Analisado o PAC 2021, restou estabelecido um padrão para a substituição de demandas e a execução de objetos não priorizados. Apresentou-se um resumo orçamentário do saldo a executar – PAC Priorizado para a Execução Orçamentária 2021 e também as Contratações das Demandas não priorizadas.
2. Deliberado que, todas as despesas extra PAC passarão a ser apreciadas pelo Comitê, que se reunirá a cada trinta dias ou quando houver situações excepcionais as quais demandem a deliberação, fixou-se ainda o valor estipulado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) acima dos quais as demandas serão apreciadas. Foi definido que os processos tramitarão junto à Diretoria Geral para apreciação das demandas extra PAC não apreciadas pelo Comitê, cujos valores não ultrapassem R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e por último a cada reunião realizada suscita republicação do PAC.
3. Destacada a importância do cumprimento do calendário de execuções, em especial aquelas que exigem um tempo maior de procedimentos e conclusão. Cada área responsável por seus respectivos projetos foi indagada sobre o andamento bem como o encaminhamento dos processos relativos às contratações.

3ª Reunião

Data: 31/05/2021

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Apreciadas as demandas do Crédito Suplementar.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

2. Deliberado a respeito da apreciação dos novos saldos com o Crédito Suplementar, as demandas não priorizadas (PAC) oriundas do pedido de Crédito Suplementar e o acréscimo de demandas priorizadas por Crédito Suplementar.
3. Acordado, que, antes de solicitar o Crédito Suplementar, o Comitê se reunirá para deliberar, em apreciação “prévia”, sobre os créditos recebidos.
4. Apresentadas as planilhas programadas para serem executadas.

4ª Reunião

Data: 01/07/2021

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Abordados os temas referentes ao Plano Anual das Contratações – PAC 2021;
2. Apreciação das demandas não priorizadas e o Plano Anual das Contratações - PAC 2022; bem como dos cortes de demandas para Proposta Orçamentária, Limites Orçamentários Finais, Novas Contratações Planejadas e Composição de demanda para Publicação Futura.
3. Deliberou-se pelo andamento das demandas apresentadas na planilha, bem como pela manutenção dos anexos no PAD, possibilitando dessa forma rever as questões já analisadas.
4. A Seção de Planejamento Orçamentário também demonstrou o valor do PAC preliminar e destacou o limite recebido do TSE. Os participantes decidiram, nesta reunião, manter um documento PAC normal e um documento PAC específico de Eleição.

5ª Reunião

Data: 19/08/2021

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Abordados, resumidamente, os assuntos atinentes à Execução Orçamentária 2021, 2ª Fase de Créditos 2021 e Formatação e Publicação do PAC 2022. Considerando não haver deliberações esta reunião possuiu um caráter informativo.
2. Explanado sobre Execução Orçamentária 2020 e posicionamento no cenário da Justiça Eleitoral nacional; Execução Orçamentária e Contratações 2021; Tratamento e apreciação de demandas não priorizadas no PAC 2021; Publicação de anexo (s) ao PAC 2021, evidenciando novas demandas e repriorização de demandas conhecidas; Crédito Orçamentário Suplementar 2021; Proposta Orçamentária e Plano Anual de Contratações 2022.
3. Apresentados os saldos orçamentários atualizados; execuções e saldos disponíveis em Custeio e Investimento.
4. Definido, após análise, que, considerando a expectativa de anulação dos valores empenhados, economias em licitações, possíveis frustrações de demandas projetadas e



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

eventuais acréscimos, fosse realizado o remanejamento de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) de Custeio para Investimento, perante o TSE.

6ª Reunião

Data: 13/10/2021

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Avaliado o Cronograma de Pagamentos e Encerramento de exercício.
2. Noticiado, pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, que por força de emenda constitucional, existe a limitação de valor para inscrição em *restos a pagar* e que pelo período ser exíguo para o cumprimento dos procedimentos formais no mês de dezembro, definiram-se algumas datas para que os pagamentos possam ser cumpridos dentro dos prazos legais.
3. Realizada a exposição das pendências de pagamento e de seus referidos prazos bem como informado às áreas que alguns itens permaneciam sem pagamento.
4. Apreciadas as demandas não priorizadas no PAC e aquelas autorizadas pela Diretoria Geral.
5. Destacado que a Execução 2021 possui índices de 25% ainda para pagamento.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

5) CONCLUSÃO:

Concluídos os trabalhos, eu, Helton José Sanchez, Presidente do Comitê de Gestão Orçamentária, minutei o presente relatório, que será publicado na *Internet/Intranet* deste Tribunal.